



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 130 - 2ª QUINZENA DE ABRIL DE 1997 - R\$ 1,00

Por uma Plenária Nacional de Base!



A marcha dos trabalhadores rurais sem-terra a Brasília ganhou proporção nacional e apoio generalizado. Diversas categorias organizaram caravanas para ir à capital federal apoiar a manifestação dos sem-terra e reivindicar reforma agrária. Outros setores organizaram suas lutas grevistas coincidindo com o 17 de abril, para dar um caráter ainda mais geral ao movimento.

O ato mostrou que é possível organizar um movimento nacional que combata o governo FHC e seu plano antinacional e antipopular. Um movimento que unifique os operários, os camponeses, os professores, estudantes, os bancários, o funcionalismo público, os movimentos populares etc. Bastaria que as direções do movimento organizassem a luta. Mas a política reformista, de conciliação de classe, insiste em negar o chamamento da luta direta, e nas negociatas de cúpula e pressão parlamentar. Pior do que isso, a política da burocracia sindical direitista (Força Sindical) coloca-se abertamente na defesa do governo e de seu plano de fome.

Enquanto não há uma resposta unitária das massas, o governo segue com sua ofensiva sobre as massas, descarregando-lhes o peso das reformas neoliberais, de congelamento salarial e desemprego. E os trabalhadores sem-terra seguem sua luta à mercê da repressão estatal e latifundiária, sem o apoio organizado do movimento operário, que se concretiza na aliança operário-camponesa.

Para enfrentarmos a ofensiva repressiva do governo e da UDR, necessitamos de um amplo movimento social. Esse movimento tem de unir o campo e a cidade, quer dizer, a unidade entre o movimento operário e camponês. Esta unidade significa hoje, concreta-

mente, quebrar o isolamento da luta dos sem-terra, através do apoio do movimento operário e popular. Não adianta se limitar à simpatia pela causa dos sem-terra. É necessário organizar a luta proletária contra o governo e seu Plano antinacional e antipopular.

Aqueles que estão sinceramente comprometidos com a luta pela destruição do poder latifundiário e pela entrega das terras aos camponeses têm o dever de defender e trabalhar pela construção de comitês de autodefesa armada contra os ataques assassinos dos latifundiários e da repressão do Estado. O caminho pacífico e de conciliação apresentado por alguns setores da Igreja, que tem grande influência sobre o MST, conduzirá a luta pela terra ao fracasso.

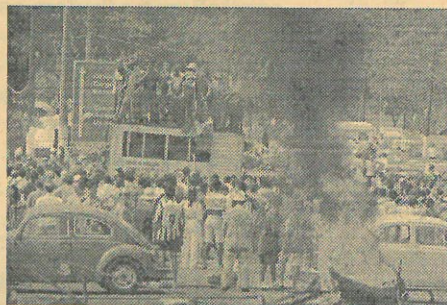
Ao contrário disso, devemos tomar consciência de que a vitória do movimento camponês depende da expropriação geral dos latifúndios pela via revolucionária. Ou seja, pela luta de classes, que inclui a autodefesa. As transformações no campo só virão com uma revolução agrária, que por sua vez só acontecerá junto à revolução proletária. Para isso, é necessário desde já ir constituindo a aliança operária e camponesa.

Os ataques do governo ao MST estão demonstrando que estamos atrasados com essa tarefa. E, quanto mais a política do reformismo e da burocracia continuar a se fortalecer no movimento das massas, mais poder terá a burguesia para esmagar a luta camponesa. Está aí por que é necessário combatê-la sistematicamente através da defesa do pro-



grama da revolução proletária e dos métodos de luta dos explorados.

A crise do Plano Real, com agigantamento da dívida pública e os grandes saldos negativos da balança comercial, indicam o caminho que o governo vai seguir: acelerar as privatizações, o que levará a mais demissões e aumento das tarifas públicas (como na telefonia); cortar gastos nos serviços públicos (saúde, educação etc.) e aumentar impostos e tarifas; demitir e arrochar salários de funcionários; atacar a aposentadoria, obrigando os assalariados a trabalharem até os 65 anos; manter o congelamento salarial para beneficiar os patrões. Todas essas conseqüências recairão sobre as massas.



A destruição da educação avança a cada dia. Mobilizações massivas como a dos estudantes em São Paulo esbarram na política das direções (a direção da UNE responsabilizou os estudantes pelos danos na sede do MEC e se dispôs a pagar os prejuízos...). Os governos vão fechando escolas e demitindo professores, enquanto mantêm os salários congelados, sem nenhuma resposta coletiva.

A aprovação da quebra da estabilidade do funcionalismo coloca na ordem do dia a organização de uma resposta imediata contra a ameaça de demissões massivas.

Está colocada como tarefa urgente e impostergável a organização e centralização dessas lutas, que se dará em contradição com o colaboracionismo das direções. Por isso o POR defende a convocação de uma **PLENÁRIA NACIONAL DE BASE, PARA PÔR EM PÉ A LUTA POR: ABAIXO FHC E SEU PLANO ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR!**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

Diante de mais ataques da política neoliberal, com a aprovação da reforma administrativa, com a quebra da estabilidade e o limite de despesas com a folha de pagamento dos estados e municípios, demissões em massa

estão previstas para o funcionalismo público. A classe operária e todos os assalariados de conjunto estão sendo esmagados pelas medidas econômicas e políticas do governo, chamadas de Plano Real.

As negociações dos sindicatos com o governo e os patrões, como a flexibilização da jornada de trabalho, não diminuiu as demissões (Ford). As privatizações colocam os operários também na rua (portuários, bancários), em benefício dos capitalistas, porque desvalorizam a força de trabalho pagando baixos salários (Fepasa).

As direções sindicais reformistas pregam a melhoria do capitalismo e iludem os operários quanto às reformas através Parlamento, de "pressões parlamentares" e entregam abaixo-assinados a deputados, senadores etc. Enquanto isso, esses representantes da democracia burguesa votam seus próprios reajustes e teto salariais vergonhosamente.

A classe operária deve assumir suas reivindicações, que são a da maioria da população explorada, com um plano de lutas em defesa do direito ao trabalho, com a redução da jornada de trabalho,

salário mínimo real, saúde e ensino público e gratuito, pela manutenção dos direitos sociais, tudo isso está ligado e depende da luta contra o conjunto do plano antinacional e antipopular.

O caminho das lutas

* Operários da Nardini, em Americana, há mais de 50 dias acampados diante da fábrica, exigem o pagamento dos salários atrasados desde novembro e contra o calote no FGTS desde 1990.

* Peões da construção civil, em campanha salarial, reivindicam 10% de produtividade, 8,42% de reposição salarial e jornada de 40 horas.

* Ferroviários da Sorocabana recusam assinar acordo com a CPTM, que não quer reconhecer o acordo anterior da Fepasa com relação às indenizações do Plano de Demissões.

* Metalúrgicos da Pilão Máquinas, Pulsonic Eletrônica, Tecmafrig, em greve, protestam contra o atraso do salário de março.

* Metalúrgicos da Superfine, em greve, exigem dos patrões cumprimento do acordo do TRT para pagar os salários atrasados.

* Químicos da Usiquímica entram em greve dia 22/03 e interrompem diante da possibilidade de negociações e até 08 de abril algumas "negociações" ainda estavam pendentes.

* Bancários do Banespa fazem paralisação-surpresa (Kinder Ovo) contra fechamento de 991 agências e demissão de 5200 funcionários até junho.

* Operários da Indústria Metalúrgica Artesanal fazem paralisação de 3 horas contra atraso no pagamento dos salários.

* Seguranças (Bombeiros e guardas) da Ford, de São Bernardo do Campo, fazem 2 atos de protesto contra mudança do horário dos turnos de trabalho 6X3 (6 dias trabalhados para 3 folgas) 6X4; para 6X2. Com esta mudança de horário, os trabalhadores passaram a trabalhar 38 dias a mais por ano, com salário menor, pois perderam o adicional no-

turno. Trabalham durante 50 dias para folgar um fim de semana completo.

* Operários da Braço-Mapri em greve contra demissão de companheiros.

* Trabalhadores da Singer fazem manifestação na UD (Feira de Utilidades Domésticas) contra demissão de 130 companheiros por causa de doenças provocadas pelas condições de trabalhos por acidente. Manifestantes levam faixa com os dizeres: "Singer fabrica máquinas em série e doentes aos montes".

* Papeleiros da Assaí, em Guarulhos, em greve, contra calote do salário de março.

* Borracheiros iniciam campanha salarial (data-base em junho) reunindo as reivindicações em pauta única para os 44 mil trabalhadores das 800 empresas da Grande São Paulo. Reivindicam 6% de reposição das perdas, 10% de aumento real, PLR, redução da jornada e auxílio-creche. Reuniram-se para a elaboração da pauta os sindicatos de Cotia, Americana, Franca e Jacaréi.

* Operários da Ford de São Bernardo, Ipiranga e Taubaté reivindicam jornada fixa de 40 horas. A redução da jornada de trabalho condicionada à flexibilização (38 a 44/45 h), negociada em 1995, com o objetivo de manter os postos de trabalho foi uma enganação. Desorganizou a vida familiar dos operários e só tem beneficiado os patrões com o aumento da produção.

* Portuários ocupam navios do terminal da Cosipa desde o dia 02/04 em protesto contra decisão do Superior Tribunal do Trabalho favorável à empresa para contratação mão-de-obra própria (mais barata).



Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL

Responder com luta nacional de massa à ofensiva de FHC

As dificuldades em sustentar o Plano Real, expressas nos sucessivos saldos negativos da balança comercial e no agigantamento da dívida pública, obrigam o governo a se lançar numa ofensiva em relação às reformas antinacionais e antipopulares.

Os saldos negativos na balança comercial revelam a impossibilidade de conter o avanço das importações, conseqüência da abertura de mercado. A cúpula econômica do governo tem tomado medidas paliativas de contenção das importações, sendo a mais recente a obrigação do pagamento à vista das compras de importados. Anteriormente, as empresas podiam importar com pagamento em pelo menos 90 dias. Isso lhes dava fôlego para utilizarem do mercado financeiro interno e externo para ampliarem seus lucros. Em outras palavras, o governo subsidiava as importações. Com a medida, criaram-se tensões entre os parceiros do Mercosul e com a comunidade européia. O governo já abriu uma brecha para voltar a importação com prazo de pagamento para a Argentina e não deve ceder às pressões européias por muito tempo.

Essas medidas paliativas são necessárias pelas dificuldades e atraso na aprovação das reformas no Congresso e pelos conflitos ao redor das privatizações, em especial a da Vale do Rio Doce. Mas FHC sabe que só é possível sustentar o Plano econômico se for capaz de criar as condições para manter o gigantesco parasitismo financeiro, base da valorização artificial do Real frente ao dólar.

Por isso, no último período, o governo tem realizado uma ofensiva geral, em várias frentes, para impor as reformas neoliberais. Retomou com força as privatizações, reajustando tarifas públicas e colocando a Vale do Rio Doce e as telecomunicações como vitrine para serem abocanhadas pelo capital financeiro internacional. Reapresentou a reforma da previdência pública, na sua essência como o fim da aposentadoria para grande parte dos assalariados (aposentadoria aos 65 anos). Conseguiu, ainda que a duras penas, aprovar a reforma administrativa e quebrar a estabilidade do funcionalismo, criando as condições legais para a demissão massiva de funcionários. Negocia com estados e municípios a manutenção do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), que desvia orçamento dos serviços sociais



públicos e de investimentos de estados e municípios para o pagamento de juros das dívidas interna e externa. Estuda meios de se prorrogar a CPMF e de ampliar o número de contribuintes, a ser engrossado pelos assalariados de mais baixa renda. Além disso, mantém o congelamento salarial em benefício dos capitalistas e apresenta novas normas que facilitam a demissão coletiva.

Cada passo dos descritos acima recairá sobre os assalariados. As privatizações levarão a aumento de tarifas e demissões. A reforma da previdência acabará com a aposentadoria e assistência públicas, privatizando-as e excluindo de atendimento a maioria assalariada. A reforma administrativa vai levar a demissões em massa e quebra do atendimento dos serviços sociais públicos. O corte de gastos públicos, além de atacar diretamente saúde, educação etc. vai implicar em menos investimentos, portanto em mais recessão e desemprego e deterioração da qualidade de vida das massas. O aumento de impostos vai diminuir ainda mais a capacidade de sobrevivência popular. Finalmente, o congelamento salarial é o maior flagelo sobre os assalariados, diante da liberdade dos capitalistas de aumentarem, ainda que em grau menor, os preços das mercadorias. E o item que mais tem sido reajustado no último mês foi a chamada cesta básica.

Como se vê, a ofensiva governamental está colocada, de forma centralizada e nacionalmente pelo governo. Ou as massas se unificam e se lançam à luta contra o plano antinacional e antipopular em seu conjunto, ou serão esmagadas em benefício das multinacionais e do parasitismo financeiro.

As greves, que dobraram de número em 1996, mostram que há disposição de luta na classe operária para enfrentar a situação. Mas a política divisionista de colaboração de classes das direções sindicais, tanto a direitista quanto a reformista, tem impedido a

conformação de um amplo movimento nacional contra o governo e seu plano.

Os trabalhadores rurais sem terra também têm mostrado todos os dias a sua disposição de luta. Trata-se de uma necessidade de sobrevivência, a de retomar sistematicamente o método das ocupações com resistência. Entretanto, o isolamento do movimento, a política de suas direções, pacifista e adaptada às pressões dos capitalistas e do governo, não lhes dá condições para vencer a luta contra o latifúndio. Essa conduta, aliada à política reformista corporativista das direções operárias, impede a formação da aliança operário-camponesa, sem a qual a luta pela terra não triunfará.

Os trabalhadores em educação, estudantes, funcionalismo etc. tem sofrido a cada dia com a aplicação do plano governista. Também não expressam a unidade necessária para combater o governo capacho do imperialismo.

Está colocada a necessidade de criar condições para a luta unitária e nacional das massas. Essa unidade só pode ser organizada em oposição à política colaboracionista das direções. Por isso, o POR tem realizado uma campanha por uma PLENÁRIA NACIONAL DE BASE, que, a partir da realização de plenárias e assembleias de base em cada categoria e local de trabalho, estudo ou moradia, levem à conformação de um movimento nacional que responda com a luta grevista à ofensiva do governo antinacional e antipopular de FHC e seu plano de fome.

Nacional



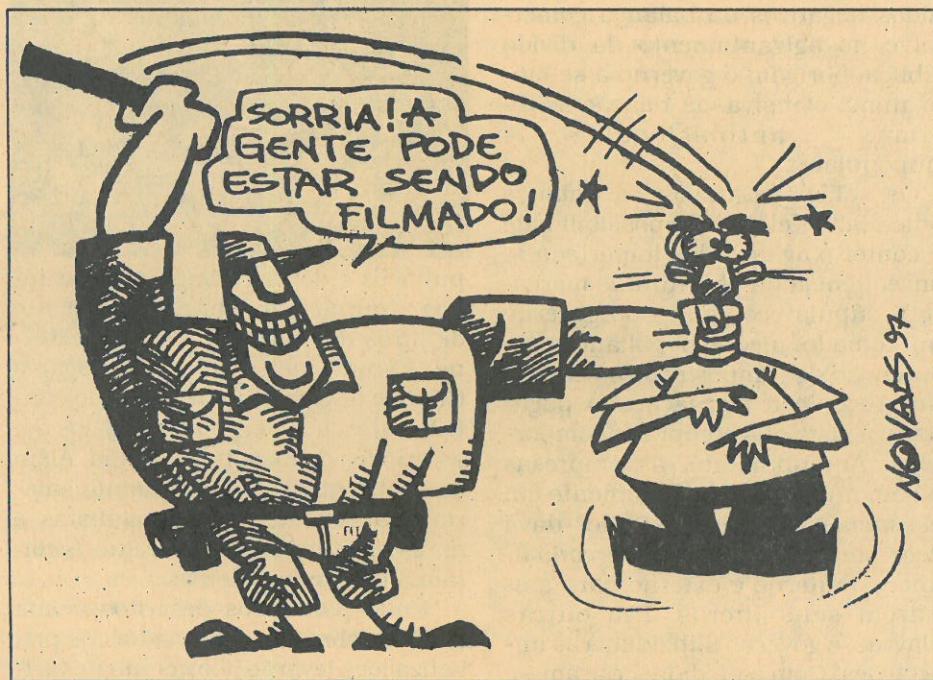
PM assassina volta a atacar:

Combatamos a violência reacionária com a violência revolucionária

Pouco depois da denúncia da repressão dos PMs de Diadema, os noticiários se encheram de denúncias e novas gravações de violência policial sobre a população empobrecida. No subúrbio do Rio de Janeiro, um tenente-coronel comandava a "força de tortura pública".

A violência policial sobre a população empobrecida não é feita de fatos isolados. Trata-se de um fenômeno geral, acontece todos os dias nas periferias das grandes cidades, nas desocupações de terras ocupadas pelos camponeses pobres, nas desocupações dos sem-teto, nas greves, ocupações de fábrica e manifestações de rua operárias, sobre os estudantes em movimento, nos protestos contra as privatizações. Pior ainda, sucedem-se os massacres por todos os lados: execuções, Carandiru, Candelária, Vigário Geral etc.

A polícia é a força repressiva do Estado burguês para manter os explorados sob seu domínio. Essa é sua função essencial. Por isso, os capitalistas e seus governos estimulam a que ela seja violenta, para que seja capaz de deter os movimentos populares quando estes escaparem dos estreitos limites fixados pela pseudo-democracia burguesa vigente no país. Por isso são complacentes a que esse aparato repressivo se organize até mesmo à margem das instituições do Estado burguês. É o caso da Justiça Militar, criada exclusivamente para excluir os



policiais da ação da justiça burguesa, para livrar-lhes de qualquer punição quando estiverem à serviço dos exploradores. O fato da PM brasileira ter alcançado elevado grau de independência frente ao Estado burguês é consequência das características próprias ao aparato repressivo burguês, ampliado escalarmente no período da ditadura militar, que nada mais é que uma expressão acentuada da ditadura de classe dos capitalistas, que é o conteúdo de qualquer democracia burguesa, até da mais liberal.

O Estado tem orientado a repressão para ser mais repressiva sobre as massas. As "operação tolerância zero" em São Paulo, e o prêmio aos matadores do Rio são exemplos disso. O cinismo dos governadores em assumir a responsabilidade formal sobre os crimes e assegurarem a intocabilidade das cúpulas militares mostra seu compromisso com a repressão de classe.

A violência, no Estado capitalista, é apresentada como monopólio do Estado para preservar a "ordem" (a sociedade baseada na exploração de classe). Por isso, a burguesia e seus lacaios (Igreja, Direitos Humanos, reformistas etc.) fazem campanha pelo pacifismo e pelo desarmamento das massas. Defendem hipocritamente a formação de "polícias democráticas", "cidadãs" etc. Algumas correntes de esquerda chegam a defender polícias sob controle popular (como se isso

fosse possível, colocar o aparato repressivo sob controle dos alvos da repressão). Os revolucionários rechaçam toda farsa pacifista e defendem abertamente o direito popular ao armamento. Defendemos que os movimentos devem organizar a autodefesa através de comitês armados. Devem caminhar no sentido da formação das milícias populares, que serão instrumentos da revolução proletária.

O julgamento dos policiais assassinos jamais será feito pelas instituições burguesas. As massas é que podem fazê-lo. Certamente, já deram um passo nesse sentido ao se manifestarem massivamente quando da chegada dos PMs à prisão em Diadema. A ira popular mostra a condenação popular da tortura e assassinato de populares por PMs. Falta-lhes organização e centralização para avançarem para julgar e punir não apenas os capangas, mas fundamentalmente a burguesia opressora.

Certamente, a experiência já mostrou, não serão tribunais burgueses ou CPIs fraudulentas que só acobertam os criminosos, que julgarão os culpados por esses crimes. Para isso, é preciso a organização dos Tribunais Populares, instrumentos das massas para se colocarem em luta contra os criminosos de classe e seu sistema que esmaga a grande maioria para manter privilégios para um nanico bando de parasitas.



Reforma administrativa é aprovada na Câmara

O governo conseguiu fazer passar em 1º turno a reforma administrativa. A essência dessa medida é a quebra da estabilidade do funcionalismo público. A Câmara dos Deputados, como todo parlamento, está a mando dos banqueiros, latifundiários e empresários e já entregou as estatais ao grande capital privado. Agora, numa penada, põe fim a uma conquista histórica dos funcionários públicos. Legisla em causa própria, protegendo suas regalias e os riquíssimos salários. Foram 309 votos, um a mais do que o necessário para a aprovação. A vitória apertada do governo aconteceu sob um acordo com a bancada "aposentada" da Câmara, que recebe salários e aposentadorias acumuladas. Por esse acordo, em um dos pontos da reforma, o teto dos salários de funcionários seria fixado em 10 mil e 300 reais, enquanto haveria uma exceção para os parlamentares, que poderiam ganhar o dobro disso. O acordo abriu uma crise no interior da base governista. Parlamentares do PSDB acusavam os do PFL de fazerem um acordo escandaloso. Nem por isso votaram contra a proposta. Fizaram foi demagogia para tentar livrar a cara perante as massas e agiram sob pressão do grande capital financeiro, que

via nos privilégios de parlamentares mais um quinhão a ser abocanhado para pagamento de dívidas públicas.

Logo após a votação, o próprio FHC retirou o apoio ao acordo de privilégio, e se propôs elevar o teto salarial geral para 12 mil e 700 reais. A manobra visa a evitar que as divisões interburguesas tragam algum problema para a aprovação da medida.

O fim da estabilidade no emprego do funcionalismo é um ataque histórico contra os assalariados. A estabilidade no emprego não é um privilégio, é o direito ao trabalho garantido, que é negado à maioria assalariada.

Trata-se de um dos elementos centrais do plano antinacional e antipopular de FHC. Isto porque possibilitará aos governos federal, estaduais e municipais demitirem funcionários em massa. As demissões do funcionalismo são apresentadas mentirosamente à população como uma necessidade para o funcionamento dos estados e municípios falidos. Mas a verdade é que a essa falência geral é causada pelo agigantamento do parasitismo financeiro, que consome até mais de 50% dos orçamentos públicos. O que quer di-

zer que as demissões serão feitas para que os governos possam gastar menos com salários e mais com pagamento de juros e dívidas.

As conseqüências serão sentidas pelas massas, com aumento do desemprego, destruição do atendimento nos serviços públicos (saúde, educação, previdência) etc.

A resposta tem de ser dada imediatamente pelos trabalhadores. As direções sindicais apresentam uma tendência à negociação de cúpula e pressão parlamentar, e negam-se a organizar a luta direta. Por esses caminhos não se conseguirá defender as conquistas sociais contra a ofensiva antinacional e antipopular do governo.

A resposta tem de ser dada nas ruas e com luta grevista.

NACIONAL

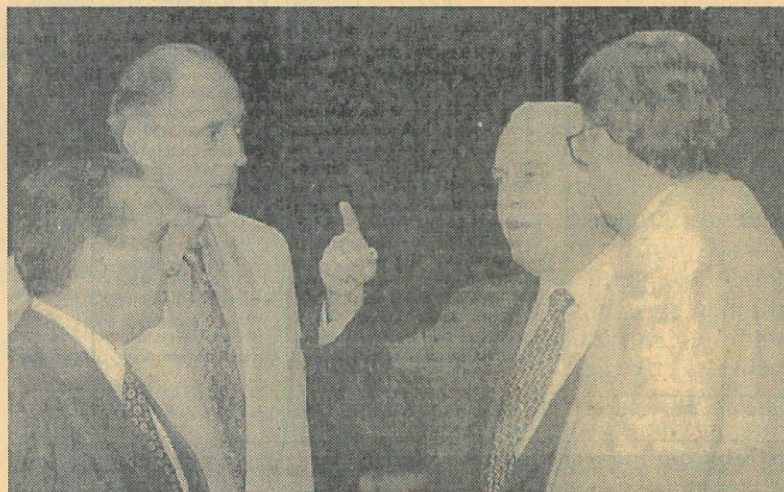


O ocaso da CPI dos precatórios

Aproxima-se a data para acabar a CPI dos Títulos Públicos. As investigações superficiais que fez mostraram o envolvimento do poder executivo (Banco Central, governadores, prefeitos e seus secretários), poder legislativo (Senado), banqueiros (Bradesco etc.), corretores, doleiros, todos num gigantesco esquema de desvio de dinheiro público.

As CPIs são sempre criadas com esse objetivo: 1) apresentar às massas a farsa de que a democracia burguesa poderia agir contra os próprios capitalistas; 2) servir de palco para as barganhas entre os grupos burgueses envolvidos, que usam das denúncias para negociarem entre si; 3) dar um atestado de honestidade aos comprovadamente corruptos, à medida que se afirma que não há provas para incriminá-los, apesar de todas as evidências mostrarem exatamente o contrário.

Depois da CPI apresentar perigosamente evidências comprometedoras dos governadores e banqueiros, o presidente do Senado passou a agir para fazer com que se enquadrasse.



Antônio Carlos Magalhães exige que a CPI se enquadre e não afete a governabilidade.

Deu resultado. A maior parte dos integrantes da CPI é favorável a acabar com ela o mais rápido possível.

Algumas correntes políticas defenderam a pressão popular sobre a CPI fraudulenta. Trata-se de uma enganação, que só levaria a aumentar as ilusões populares nessa farsa e desviá-las de sua luta direta.

O POR tem denunciado a farsa da

CPI e defendido a real apuração e punição dos culpados, o que só pode ser feito com a construção dos Tribunais Populares, instrumento independente das massas mobilizadas para julgar e punir a burguesia corrupta.

O PT se direitiza e coloca a militância na berlinda

Uma das poucas conseqüências da CPI dos Precatórios foi a aproximação entre o relator Roberto Requião e o PT. Depois de encontro que reuniu ambos, cada qual saiu elogiando seu par. Lula saiu afirmando que o PT

pode fazer uma aliança para a campanha presidencial com uma ala do PMDB, da qual faz parte Requião. O relator da CPI saiu dizendo que defende a unidade das oposições ao redor de Lula para presidente.

A aproximação do PT com Requião mostra que esse partido perdeu completamente qualquer parâmetro político e se integrou totalmente ao fisiologismo e politicagem burgueses, aliás como já demonstrara nas últimas eleições, tendo feito alianças com todos os partidos burgueses, até com os filhos da ditadura militar. E que está disposto a se juntar até mesmo com o larápio Requião, com processos de cassação por corrupção, fazendo-lhe até mesmo elogios.

A aproximação do PT com a ala do PMDB mostra que avança sua direitização e integração ao Estado burguês. Não se trata de um fenômeno subjetivo, mas corresponde a uma tendência geral determinada pela incapacidade do capitalismo, pela sua crise geral, em conceder migalhas, que sirvam para os reformistas jogarem às massas juntamente com o canto de sereia de defesa da "democracia e da ordem capitalistas". Por isso, no momento, a tendência dos partidos reformistas é a de se direitizar cada vez mais.

Uma ala esquerdista do partido, formada pela Democracia Socialista, Força Socialista, Hora da Verdade entre



Lula no encontro que definiu a tática da frente de esquerda: nenhuma crítica ao plano de FHC.

outros, lançou um manifesto em São Paulo intitulado PT: Momento de Decisão. Nesse manifesto, criticam a direção nacional e regional do partido, dominada pela Articulação, e responsabilizam-na pela crise política e organizativa do PT na cidade e em geral. Criticam as alianças à direita do PT, eleitorais e as realizadas recentemente, com Ciro Gomes, Itamar Franco, Requião etc.

Mas sua proposta se concentra na defesa da essência da política atual do PT: a defesa do objetivo estratégico do governo democrático e popular, a fixação das eleições presidenciais como principal objetivo do partido em geral e a colocação do parlamento como instrumento de acúmulo de forças para a construção de uma nova sociedade. Diferenciam-se da direção nacional por destacar alguns aspectos da disputa institucional, como o desvio da luta local para a exigência de impeachment do prefeito Pitta, ou a necessidade de impulsionar as lutas, para servirem de instrumento de pressão institucional.

Trata-se de um agrupamento que só pode levar o partido ao mesmo lugar em que está. Acreditar que esse agrupamento possa reformar ou mudar o PT é se iludir profundamente.

O PT já está consolidado como partido da ordem burguesa. Seu entrelaçamento com um setor da burguesia é exposto publicamente, com os financiamentos das campanhas eleitorais por grandes empreiteiras, bancos e supermercados. Já mostrou em cidades e estados governados, que reproduzirá os governos burgueses e manterá o Estado como instrumento

de garantia da opressão de classe dos capitalistas sobre os assalariados.

Se os militantes honestos e combativos da base do PT querem construir um partido de combate ao capitalismo, então devem se colocar em defesa de um programa que se construa ao redor do objetivo estratégico da destruição revolucionária do capitalismo (revolução e ditadura proletárias), que expressa em teoria a tendência instintiva revolucionária do proletariado, oposto ao reformismo enganador. Um partido assim só pode atuar no parlamento, em algumas situações específicas, utilizando-o como tribuna de denúncia da democracia burguesa, que encobre a ditadura de classe capitalista. Só pode ver as eleições como um meio a ser utilizado em circunstâncias determinadas para denunciar a democracia burguesa, impulsionar a luta direta das massas e para fazer propaganda do programa revolucionário.

Um partido assim toma as reivindicações mais sentidas das massas e procura unificar e impulsionar suas lutas, com o objetivo de fazê-las perceber por sua própria experiência, a necessidade da revolução proletária para destruir o capitalismo.

Esse partido só pode se sustentar financeiramente com as contribuições de seus militantes e do movimento operário e popular. Não aceita nenhum tipo de ligação com os capitalistas, porque a dependência econômica está diretamente ligada à dependência política.

Esse só pode ser um partido operário revolucionário, nunca um partido reformista.

A política pró-capitalista do PT

Nos dias 21 e 22 de março, no Hotel Esplanada (5 estrelas), a 20 reais as inscrições, ocorreu o seminário "Discutindo o Brasil, o Nordeste e o Ceará", promovido pelo PT-CE. Entre os seus objetivos estavam a criação de um "ambiente de debates de opiniões e idéias", a discussão de temas como o "neoliberalismo" e as "alternativas ao processo de exclusão social que se consolida no Brasil".

O interessante é que os principais debatedores convidados foram o ex-presidente Itamar Franco (vice de Collor) e o ex-ministro e governador Ciro Gomes (PSDB). Ambos foram e são ardorosos defensores da ofensiva do imperialismo e do grande capital nacional contra as massas (privatizações, destruição das conquistas sociais etc.)

Defendendo a subordinação do movimento operário-popular à burguesia, estavam José Dirceu, Genoíno Neto,

José Nobre Guimarães, João Alfredo e Joaquim Cartaxo.

As correntes petistas "O Trabalho", MTM e Democracia Socialista ensaiaram um protesto e lançaram um manifesto "O PT é dos Trabalhadores". O engraçado é que essas correntes são as maiores defensoras da estratégia contra-revolucionária do "governo democrático e popular", que procura democratizar o Estado burguês e aliar-se com frações da burguesia decadente (PSDB, PMDB, PDT, PSB etc.)

"O Trabalho" ainda diz que o PT é um "partido operário independente" e, nos servidores públicos federais, é a "perna esquerda" da Articulação Sindical na política imobilista, burocrática, divisionista e de conciliação de classes. O MTM, que dirige o PT em Fortaleza, defendeu e até fez campanha pela aliança com o PDT, integrante do governo antioperário e antipopular de Tasso

Jereissati (PSDB). E a Democracia Socialista, que elegeu a vereadora Luizianne Lins, protestou do lado de fora, enquanto seu dirigente nacional João Machado era um dos debatedores.

Este seminário e o protesto oportunista da "esquerda petista" revela o caráter pró-capitalista do PT, que cada vez mais se caracteriza como um partido burguês de segunda ordem.

Frente a isso, o único caminho para os lutadores que estão no PT, ou com ele simpatizam, é romper com a política pró-capitalista e construir o Partido Operário Revolucionário (POR).

NACIONAL

O malufista Pitta ataca o transporte coletivo

Pela estatização do transporte coletivo sob controle dos trabalhadores

As dificuldades dos assalariados para se deslocarem até o trabalho aumentaram em São Paulo. A prefeitura pôs em prática um plano de redução de linhas e número de ônibus nas ruas de São Paulo, que tem dois pontos centrais: encurtamento dos itinerários dos ônibus e redução da quantidade de coletivos nas ruas. Por isso, linhas que cortavam a cidade de um ponto a outro foram reduzidas à estação de metrô mais próxima. E os ônibus estão andando mais cheios por circularem em menor número.

Para as empresas de ônibus, trata-se de um verdadeiro subsídio. Com linhas mais curtas, poderão fazer mais viagens com menos ônibus. Criam-se as condições para a redução do número de funcionários e gastos com manutenção. E se mantém o faturamento bruto total, porque o

número de passageiros transportados será o mesmo. As conseqüências: demissões de motoristas, cobradores e mecânicos, e um transporte pior para os trabalhadores.

Os usuários sofrerão duplamente: terão menos transporte e gastarão uma fatia ainda maior dos salários com transporte, porque terão de tomar mais condução. O malufista Pitta privilegia os donos de empresa de ônibus e massacra os assalariados.

A reivindicação que corresponde é a luta pela estatização do sistema de transporte coletivo sob controle dos trabalhadores, sem nenhuma indenização aos capitalistas.



A História do Trotskismo no Brasil

O PORT depois do Golpe de 64

O PORT continua o desenvolvimento de sua linha impulsionada por Posadas, que exige que a militância continue com o mesmo ativismo de antes do golpe como se este nunca tivesse acontecido, fazendo com que muitas lideranças portistas fossem presas pela repressão. Este ponto aliado à pressão por influenciar a linha da seção de uma maneira mais intensa, após romper com Pablo e fundar a sua própria IV Internacional Posadista, faz com que Posadas pessoalmente dirija uma Escola de Quadros do PORT em 1965, que servirá para mudar a direção por uma mais maleável, já que a primeira ainda se considerava trotskista e não posadista.

Isto levou a aparição de uma série de divergências sobre o método de atuação e estruturação do Partido, primeiro com a formação da *Fração Bolchevique Trotskista* em 67, formada por militantes do Rio Grande do Sul, e que é expulsa em 68. Outra, o *Grupo 1º de Maio* forma-se em São Paulo, constituído por militantes que atuavam no movimento estudantil, mais tarde forma-se outra dissidência no Nordeste que se integra posteriormente ao FBT.

Como vemos, essas séries de fraturas levaram o PORT a quase desaparecer, os poucos militantes que restaram depois das divisões acabaram tornando uma agência de divulgação sobre temas insólitos descritos por Posadas, como a questão dos discos voadores, ou de

achar que Mao, ao se afastar da casta dirigente da URSS, estaria seguindo suas instruções. Como vemos o PORT deixa de ser um Partido para se transformar numa seita com posições bizarras. Mas a continuidade das posições iniciais do PORT foram levadas adiante por suas cisões: a *Fração Bolchevique Trotskista*, e o *Grupo 1º de Maio*, que não se fundem por diferenças organizativas, o que veremos futuramente.

Greve dos estivadores de Santos mostra disposição de luta

A ocupação por 26 estivadores de duas embarcações da Cosipa em Santos (SP), de 2 a 15 de abril, abriu uma luta que adquiriu rapidamente proporções nacionais. Os trabalhadores ocuparam os navios para protestarem contra a decisão da Cosipa de não utilizar os serviços avulsos de estiva, organizados pelo sindicato, e usar seus próprios funcionários. A ocupação expressou a luta do conjunto dos estivadores, que realizaram manifestações diárias de protesto, bloquearam a estrada Piaçaguera-Guarujá com barricadas de fogo, fizeram piquetes para impedir o acesso e tentaram ocupar a usina da Cosipa. A Polícia federal só conseguiu retirar os trabalhadores dos navios no dia 16.

Mas a ocupação já tinha ganho projeção geral. Os estivadores de Santos realizaram greve geral. Os presidentes dos sindicatos de todo o país reunidos decidiram pela greve em todos os portos. No momento do fechamento desta edição, a greve ainda estaria sujeita às negociações mediadas por Vicentinho, da direção nacional da CUT, e Walter Barelli, secretário



O bloqueio de estrada foi um dos métodos utilizados pelos grevistas em Santos.

rio do governo Covas, com a direção da Cosipa.

A ocupação dos navios e a greve dos estivadores mostrou lições importantes. Primeiro, revelou a disposição dos trabalhadores de enfrentar a privatização dos portos através da luta direta, a greve. Segundo, a ocupação de dois navios, ainda que feita por um grupo pequeno de grevistas, mostrou que expressava uma tendência geral, e não uma atitude de grupo, o que foi demonstrado no apoio, nas manifestações e nas ações radicalizadas (piquetes, bloqueios de estrada, tentativa de invasão da usina) de um grande número de estivadores.

É lamentável que a direção da CUT não impulsione a tendência grevista e

a coloque como uma lança para combater o governo FHC e seu plano antinacional e antipopular. Sua política reformista de conciliação de classes bloqueia as tendências gerais de luta unificada. O isolamento da luta dos estivadores também é responsabilidade das direções burocráticas, que estão empenhadas nas negociações de cúpula com o governo e os capitalistas enquanto estes estão descarregando uma violenta ofensiva geral contra a nação oprimida.

Todo apoio à luta dos estivadores! Em defesa dos métodos próprios de luta do proletariado - as greves, ocupações, manifestações, piquetes, bloqueios etc.!

Organizar a luta nacional de massa contra o governo e seu plano de fome!

Manifestação de estudantes em passeata protesta contra a Reforma do Ensino do governo

Estudantes bloquearam as avenidas do centro de São Paulo contra a reforma privatista do ensino. Levantaram a bandeira contra a privatização das universidades e a reformulação do segundo grau.

Ocuparam a Delegacia Regional do Ministério da Educação da cidade. Quebraram o local que dá acesso ao gabinete do ministro Paulo Renato e a sala do ministro dos esportes Pelé.

Uma comissão de 12 estudantes entregou uma pauta de reivindicações ao delegado-substituto, protestando contra a reforma

do ensino técnico e tecnológico, pedindo mais verbas para o ensino e a realização de um censo para saber quantos estudantes estão fora das escolas.

A manifestação mostrou a disposição de luta dos estudantes, em especial os de escolas técnicas e tecnológicas, que estão sendo duramente golpeadas pela reforma do ensino do governo. Mas a limitação das reivindicações apresentadas pelas direções é um bloqueio ao desenvolvimento da luta.

É preciso apontar claramente que a reforma do ensino do governo tem como conteúdo a destruição da escola pública e o favorecimento das escolas particulares. Por isso deve ser combatida com a luta em defesa do ensino público gratuito e pelo fim do ensino pago (estatização sob

controle da comunidade escolar). Essas reivindicações também estão diretamente ligadas ao combate ao plano antinacional e antipopular de FHC, do qual a reforma do ensino é parte. Para o governo e os capitalistas, a destruição da escola pública está de acordo com as necessidades do estado sustentar o parasitismo financeiro e o número crescente de mão-de-obra qualificada desempregada. Para os estudantes, trabalhadores em educação e para as massas, a reforma do ensino significa destruição do ensino público gratuito, privatizações, congelamento salarial e demissões.

Todo apoio à luta contra a Reforma privatista do governo! Pela unidade de professores, funcionários e estudantes!

A importância dos cursos e a participação nas organizações de massa para a construção do POR

Cesar Apaza

O pequeno trabalho individual dos militantes comunistas, por muito pequeno que sejam, é o agrupamento e a organização dos trabalhadores em diferentes organizações de massas, alavancas do partido que levam a sua linha à massas e as guiam na luta revolucionária. A subestimação do papel das organizações de massas, quer sejam de operários, de camponeses, da juventude e dos estudantes, das mulheres, dos moradores de bairro etc. não só conduz a isolar o partido das massas, mas também se torna um obstáculo sério ao desenvolvimento de um movimento revolucionário organizado e coordenado, ao agrupamento, à união e a direção do exército político da revolução. Tendo em conta estes ensinamentos, plenamente confirmados por uma longa experiência política, os partidos marxistas-leninistas-trotskistas devem combater e rejeitar as hesitações de se manifestar quanto à necessidade de se construir organizações da juventude, de mulheres etc., sob a direção do partido e que atuem nas organizações de massa. Ao mesmo tempo, guardamos e seguimos fielmente às recomendações de Lênin, segundo as quais o partido revolucionário do proletariado deve estar presente e trabalhar lá onde se encontram as massas, independentemente do caráter e do papel reacionário das organizações em que elas se agrupam, tais como sindicatos, associações, grêmios estudantis, que manipulados ora pelo patronato ora pelos revisionistas (PPS, PCB, PCdoB), pela burocracia operária (Vicentinho, Medeiros e cia.)

O preparo de quadros com uma inabalável formação política e ideológica começa pela formação teórica nos cursos em que o partido procura ministrar junto a classe operária, estudantil e camponesa; em cada local em que se encontra um militante porista.

As atividades para organizar, preparar e lançar as massas na luta e na revolução precisam necessariamente desses quadros.

A participação dos militantes na formação e no dia-a-dia de entidades populares como associação de moradores, grêmios estudantis, sindicatos etc. é de grande importância para o partido, uma vez que os verdadeiros marxistas-leninistas-trotskistas não

são “revolucionários de boca”, não dissociam os atos das palavras; e é nisto que reside uma das características que nos distingue radicalmente dos renegados revisionistas de todas as espécies.

Para alcançarmos a confiança das amplas massas devemos fazer com que nossos atos estejam sempre na frente das lutas e encorajar os movimentos, mesmo nos momentos de grande reação capitalista, ou em momentos em que devemos romper a falsa tranquilidade de “paz social” desenvolvendo a solidariedade operária para a luta, preparando as massas trabalhadoras para futuras batalhas revolucionárias pelo derrube da dominação burguesa sanguessuga.

No interior de São Paulo, o POR desenvolve o trabalho de formação política junto à classe estudantil, visando construir quadros revolucionários. Mais precisamente na região de Campinas, estudantes de várias escolas participam da formação de quadros através dos cursos que estão sendo administrados.

Como não poderia deixar de ser, o sistema capitalista de exploração humana impossibilita a classe operária-estudantil de se organizar, uma vez que ocupam a maior parte do tempo no trabalho assalariado, mal-remunerado, obrigando parte dos jovens a abandonarem a escola. Para realizar os cursos de formação política, torna-se uma tarefa extremamente penosa, pois vários estudantes pertencem a escolas diferentes e de diferentes cidades, além do que vários operários-estudantes são de categorias de serviços também diferentes, e nem sempre os horários disponíveis coincidem um com o outro. Além disso, muitos trabalham aos sábados e algumas vezes são obrigados a fazer plantão aos domingos.

Depoimentos de estudantes confirmam esta dificuldade. Aluno do 2º colegial de uma escola em Arthur Nogueira afirma que gostaria de participar mais dos movimentos estudantil e manifestações; porém o horário de trabalho dificulta esta participação, e reclama da falta de politização dos professores, além da alienação dos estudantes que só vão para a escola para bagunçar. Outro estudante de Cosmópolis, também no 2º colegial, diz que, mesmo dividindo o tempo

para trabalhar, estudar (fazer tarefas de escola nos finais de semana), pouco tempo sobra para a participação política, além da reclamação que faz sobre a falta de sensibilidade por parte dos professores, que muitas vezes não querem debater assuntos do dia-a-dia. Já a estudante de Limeira coloca outro empecilho, a situação do machismo por parte do companheiro, não permitindo que ela participe das reuniões políticas, diz ele que isso é “coisa de homem”.

Como se vê, todo curso é recheado de dificuldades e “empecilhos”, que devem ser superados com muita paciência e compreensão, elevando sempre a moral daqueles que chegam mais próximo de nosso partido, demonstrando, segundo Lênin, que “não é difícil, afirmava ele, ser revolucionário quando a revolução já arrebentou e está no auge. É muito mais difícil, e muito mais valioso, ser revolucionário quando a situação ainda não permite a luta direta, declarada, autenticamente de massas, autenticamente revolucionária, saber defender os interesses da revolução (através da propaganda, da agitação e da organização), em instituições não-revolucionárias, mesmo claramente reacionárias, num ambiente não-revolucionário, entre as massas incapazes de compreender de imediato a necessidade de um método de ação revolucionário.

OPOR
Educação



A farsa da data-base e o congelamento salarial

A diretoria da Apeoesp, para pôr fim a uma greve, armou o engodo de que o governo e o Secretário Barelli aceitaram o mês de março como data-base. Em pouco tempo, tudo se desfez. No ano passado, a negociação da chamada data-

base resultou em vinte centavos. Agora, o governo nem ligou para o sindicato. Como se vê, nenhum acordo foi firmado. Em troca dessa farsa, a diretoria se responsabilizou pela desmobilização do professorado.

Na verdade, Covas está a serviço da implantação do "Plano de Estabilização Econômica". Por isso, reduz verbas para o ensino público, impõe uma reforma privatista para a educação, fecha escolas, entrega ("põe a venda") prédios escolares a preço de banana (a exemplo da EEPG Clovis Bevilacqua), demite professores, impede uma parcela de estudantes de ter acesso ao ensino e mantém o mais terrível arrocho salarial.

A luta pelo reajuste salarial deve ganhar as ruas, com mobilizações, ocupações e com a greve. Caso contrário, prevalecerá o intuito do governo de destruição da escola pública e gratuita. Nesse sentido, devemos exigir imediatamente

te da diretoria a convocação de nova assembléia para aprovar o caminho da resistência.

Diretoria novamente suspende a assembléia

No ano passado, Roberto Felício suspendeu a assembléia porque faltavam alguns professores para completar o quorum. Preferiu manter as decisões da cúpula do que ouvir os mais de mil professores que estavam no plenário. Repetiu a mesma cena quando da realização da reunião do Conselho de Representantes, na manhã de dia 4 de abril, utilizando o mesmo argumento: faltam conselheiros. Na assembléia do mesmo dia, usou a conversa de que os alunos o estavam provocando. Com isso, fez valer suas opiniões, ora sobre a Reforma do Ensino, ora sobre a campanha salarial.

Desses acontecimentos extraímos algumas lições importantes:

1) Uma diretoria que há muito tempo está distante do trabalho cotidiano com professores e alunos, necessariamente está mais vulnerável às pressões do governo e da política burguesa;

2) Esse descolamento da base possibilita a formação de uma casta burocrática que se apropria do aparelho sindical e age com autoritarismo para preservar os privilégios;

3) Uma direção burocratizada se torna mais cedo ou mais tarde violenta diante das posições que a contradizem. Não é por acaso que cria a comissão de ética para perseguir os opositores, elimina a democracia sindical, impede a livre ma-

nifestação e expressão, utiliza da justiça do Estado burguês para punir trabalhador etc. O fato de entrar na Justiça e exigir que o professor Tonhão pague 100 salários mínimos pelas críticas que fez à diretoria é a prova mais contundente e evidencia a que se presta tal direção.

Isso é o que se passa com a diretoria da Apeoesp. De um lado, está cada vez mais dócil diante das medidas destruidoras do ensino e, de outro, cada vez mais virulenta contra os professores que combatem tal política. Os fatos acontecidos na assembléia do dia 4 só servem para clarear a que ponto chega uma direção que se burocratiza. Suspende a assembléia porque os alunos estavam com uma faixa protestando contra o peleguismo e arruma os bate-paus (professores que trabalham para velar os burocratas) para tomar a faixa e bater nos estudantes e ameaçá-los com o revólver.

Mesmo que discordemos da forma com que os estudantes protestaram e dos métodos de alguns professores, nada é tão grave quanto a política truculenta da diretoria no tratamento dos professores que estavam presentes e dispostos a discutir e aprovar um plano de luta contra o governo. Nesse sentido, responsabilizemos inteiramente a direção burocrática da Apeoesp pela suspensão da assembléia. A burocracia se aproveitou da presença organizada de estudantes para criar uma situação em que o conflito ocorresse. O objetivo foi o de opor os professores aos estudantes. Esse é o pior método que se pode utilizar na luta política.

Argentina

A Política Eleitoral da Esquerda e a do Partido Operário Revolucionário

Iniciamos a luta pelo reconhecimento jurídico-político em Rosário.

Como explica Lenin em sua obra clássica "Esquerdismo, doença infantil do comunismo", nossa diferenciação principista com a esquerda reformista quanto à intervenção nas eleições burguesas não se apóia na apresentação de candidaturas, nem muito menos em uma negativa de conquistar cadeiras no parlamento ou prefeituras. A diferenciação é a serviço de qual estratégia está tal intervenção.

Quando persistem as ilusões democráticas, e especialmente quando

tudo indica que vão aumentar, na medida em que a burguesia necessita operar uma mudança política e hoje é inconcebível sem o consenso eleitoral das massas, os revolucionários devem apresentar batalha também no terreno eleitoral, colocando em primeiro plano a denúncia da trapaça e o engano desta forma política de ditadura capitalista.

Se tal programa se encarna em candidatos, em tribunos populares que o propagandizam, se estará em melhores condições para levar tal batalha.

A esquerda reformista em todas suas variantes (incluído o tronco político do qual provem nosso partido, o PO), transformou um recurso tático em estratégia, de modo a fazer da intervenção eleitoral o eixo de sua política. Para fazê-lo, não teve dúvidas em aceitar todas as condições políticas e organizativas impostas pela Justiça Eleitoral para obter o registro jurídico-político. O fim justifica os meios...

Como a finalidade estratégica do POR não é a luta parlamentar, mas a revolução e ditadura proletárias, consideramos a luta por nossa legalidade como um meio a mais. Para que isso seja assim, corresponde levar uma batalha ideológica, política e organizativa, de cara com as massas na medida de nossas forças, contra a burguesia, contra seus argumentos e sua jurisprudência.

Neste sentido, o POR rosarino tem iniciado os trâmites para obter o registro como partido municipal.

Seus militantes estão coletando as firmas dos aderentes, combinando um trabalho sobre a rede de simpatizantes, amigos e chegados ao partido, com um trabalho setorial de massas.

Porém, a batalha mais importante se apresentará, sem dúvida com nossa apresentação de Declaração de Princípios e Bases de Ação política, assim como de nossa Carta Orgânica.



A Justiça Eleitoral proporciona um "modelo" que, supostamente, tem de respeitar rigorosamente. Publicamos sinteticamente uma das partes do dito modelo de Declaração de Princípios, e a pauta seguida de alguns parágrafos do projeto (ainda em discussão interna em nosso Partido), a apresentar à Justiça Eleitoral. Note-se que, em dito projeto, trata-se de polemizar aberta e declaradamente com o caráter de legalidade burguesa que pretende impor a Justiça Eleitoral.

Modelo sugerido pela Justiça Eleitoral:

1. "O partido político"... Proclama sua adesão aos princípios consagrados pela Constituição Nacional Argentina e a Constituição da Província de Santa Fé, a manutenção do regime democrático de governo, representativo, republicano, federal e pluripartidário, e sua inquebrantável vontade de servir à conquista da união nacional".

Parágrafos destacados do Rascunho da Declaração de Princípios:

1. "O Partido Operário Revolucionário concebe sua legalização a escala do Município de Rosário como uma ferramenta mais de propaganda de seu programa, de acordo a suas forças e seu desenvolvimento. Os problemas cotidianos dos explorados, inclusive aqueles aparentemente menores que não transcendem os limites do município, são consequência das leis gerais do desenvolvimento histórico, que em nível nacional e mundial, determinam que um punhado de capitalistas se apropriem da imensa riqueza produzida de forma social e universal pelo trabalho da humanidade durante séculos. Esta exploração do homem pelo homem hoje se expressa na ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado, ditadura seja qual for sua política, garante a extração da

mais-valia, da propriedade privada dos meios de produção e a acumulação do capital. O Estado e suas instituições são um instrumento dessa classe burguesa para assegurar seu exercício no poder. O Partido Operário Revolucionário entende que toda luta reivindicativa dos trabalhadores somente pode obter a vitória e se sustentar atacando essa essência própria do capitalismo como sistema, o qual importa a ação direta e organizada das massas na perspectiva de seu próprio poder, um Governo Operário-Camponês, a impor pelos métodos da Revolução e Ditadura Proletárias, máxima expressão da democracia, já que se baseia na participação e ação direta da ampla maioria da população trabalhadora. Esta perspectiva histórica é a única capaz de encaminhar a humanidade ao socialismo e ao comunismo, objetivos só conquistáveis em escala mundial. Por isso o Partido Operário Revolucionário é internacionalista proletário, e, mais além de seu desenvolvimento organizativo, luta pela reconstrução da Quarta Internacional".

2. "O Partido Operário Revolucionário proclama sua adesão a todos aqueles princípios democráticos que consagra a Constituição Nacional, e que permitem a organização e a luta pelos direitos e reivindicações dos explorados da cidade e do campo.

Interpretamos tais direitos consagrados pela legalidade vigente como as inevitáveis concessões que os exploradores (donos dos meios e produção, e por fim do Estado e suas Instituições) têm feito ao longo da história para garantir seu domínio como classe.

As constituições como as leis são consequências desse domínio de classe e, portanto, seus fundamentos dogmáticos respondem aos interesses da burguesia, e não do "povo" em seu conjunto, como

falsamente a Constituição prega.

Como o demonstra a história argentina e do mundo, esse domínio de classe jamais se tem imposto pacificamente: o equilíbrio, aparentemente pacífico da ordem constitucional, sempre tem sido o resultado de um processo precedente, inevitavelmente violento, expressão dos interesses de classe em luta. É assim que compreendemos que as mudanças sociais e políticas que propomos no ponto 1 desta Declaração de Princípios não poderão percorrer outro caminho nem outros métodos que os assinalados, cuja legitimidade histórica ou não estará dada pelo progresso que signifiquem para a humanidade em seu conjunto.

A propriedade privada dos meios de produção (dos campos, dos bancos, das fábricas etc.), princípio consagrado na Constituição Nacional e Provincial (que garante a extração da mais-valia e a acumulação capitalista por parte da burguesia) é combatida pelo Partido Operário Revolucionário, na perspectiva dos objetivos estratégicos sintetizados no ponto 1".

Nos sucessivos números de MASSAS seguiremos informando sobre a luta por nossa legalidade, que entendemos interessa ao conjunto da vanguarda.

Internacional



A Rússia restauracionista se enfraquece cada vez mais perante as potências imperialistas

A Revolução de Outubro de 1917 permitiu a constituição da União das Repúblicas Soviéticas, que, apesar de não ter podido alcançar o alto desenvolvimento econômico das nações capitalistas imperialistas, possibilitou a Rússia se projetar internacionalmente. Contra o avanço da transição do capitalismo para o comunismo, que só poderia se completar com o desenvolvimento da revolução mundial, o imperialismo estruturou um cerco econômico-militar a ex-URSS.

Durante vários decênios, prevaleceu a chamada "guerra-fria" entre a Rússia e os países imperialistas. "Guerra-Fria" significou política estratégica das potências capitalistas para destruir as conquistas da Revolução de Outubro. Apesar de Stalin procurar a "coexistência pacífica" com o imperialismo e professar a tese do "socialismo em um só país", através das quais auxiliou na derrota de inúmeros movimentos revolucionários, as potências

não deixaram de aumentar constantemente o cerco mundial contra a Rússia.

A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi erigida, no pós-guerra, como instrumento bélico contra a Rússia e demais países que trilhavam o caminho do socialismo. Sob a direção de Stalin, a economia soviética foi dirigida em grande medida para o armamentismo. O que tornou a Rússia uma potência militar, mas não uma potência econômica à altura dos países capitalistas mais poderosos. Se a organização militar da União Soviética contra o imperialismo era necessária, por si só pouco significado poderia ter para enfrentar a principal arma do imperialismo que era o domínio da economia mundial, da qual nenhum país poderia se desligar.

A quebra do cerco imperialista dependia fundamentalmente do desenvolvimento da revolução socialista em outros países, que abarcasse algum dos países

capitalistas desenvolvidos. Os avanços do proletariado mundial, no período de Stalin, como a Revolução Chinesa, foram significativos para conter as ameaças do imperialismo. Entretanto, não evitaram o processo de estalinização, que abria caminho para a restauração burguesa.

O esgotamento das possibilidades do socialismo nacional e o sistema burocrático de dependência dos demais países de economia estatizada à ex-União Soviética acabaram por abrir as comportas para a restauração, que emergiu com toda força na atualidade. Progressiva-

mente, a economia da Rússia foi se distanciando cada vez mais da capacidade dos países imperialistas, estagnando-se e sofrendo profundos retrocessos.

O poderoso sistema militar desabou aparentemente como um passe de mágica. Em realidade, a rendição da Rússia através dos acordos realizados com os Estados Unidos refletiu sua desagregação econômica. Dessa forma, a derrocada não se deu pela via da invasão militar como temia Stalin, que a utilizava como argumento para pôr em marcha sua política de "coexistência pacífica". A derrocada da ex-União Soviética veio pela asfixia econômica, como previu Leon Trostky. Essa via era mais barata e mais segura para o imperialismo.

Agora que a burguesia mundial logrou desintegrar a burocracia estali-

nista e colocar seus fragmentos a serviço da restauração, tornou-se mais tranquilo realizar o cerco final. O Presidente Clinton pouco se importa com a encenação de Bóris Yeltsin contra estender a OTAN até as fronteiras da Rússia, incorporando nessa organização os países que outrora participaram do ex-Pacto de Varsóvia.

Diante da decisão do imperialismo de colocar suas tropas na fronteira da Rússia, a Ucrânia, que participa da CEI (Conselho de Estados Independentes), surgida do desmembramento da União Soviética, se dispôs a negociar um acordo para colocar o Porto de Sebastopol a serviço da OTAN. Fica evidente que quanto mais avançar a restauração capitalista nos países em que no passado a revolução proletária triunfou mais ofensivo será o imperialismo do ponto de vista militar e mais vulneráveis se tornarão esses países à opressão nacional.

Certamente, a expansão da Otan não diz respeito apenas ao cerco militar sobre a Rússia, mas também à necessidade de aumentar os gastos com a indústria ar-

mamentista, uma das formas parasitárias da economia capitalista. As estimativas mais conservadoras calculam cerca de 27 a 35 bilhões de dólares que serão injetados nesse setor. O Congresso norte-americano estima a astronômica cifra de 60 a 125 bilhões. Como se vê, o imperialismo é a época mais promissora do armamentismo e de guerras. O desmoronamento da União Soviética abre caminho para as tendências belicistas do imperialismo.

Esse quadro só poderá ser revertido se o proletariado se levantar contra a burocracia restauracionista, recompor as forças revolucionárias em direção ao comunismo e travar a implacável luta antiimperialista. Somente o programa da revolução mundial, que se sintetiza no Programa de Transição da IV Internacional, poderá fazer frente à nova investida militarista. A construção do Partido Mundial da Revolução Proletária é a tarefa histórica de maior urgência.

Bolívia:

Por que impor a abstenção massiva?

O Partido Operário Revolucionário sustenta que para ele constitui uma tarefa fundamental aprofundar o máximo possível a corrente abstencionista que se agita impetuosamente no seio das massas.

O eleitoralismo (as eleições permitem levar os representantes do povo soberano ao parlamento para que então convertam em leis o mandato popular) é o método de ação e de luta da burguesia.

A verdade é que os parlamentares fabricam leis conforme os interesses da classe dominante, dos exploradores e opressores e não dos pobres. Não há que esquecer o que disse Lenin:

"A democracia burguesa mais avançada não é mais que uma ditadura de classe da dona do poder econômico."

Quando as massas - seguindo a determinação da burguesia - confiam que o parlamento possa resolver todos os seus problemas e também os nacionais, de uma maneira gradual e pacífica, quer dizer que padecem de cretinismo parlamentarista, que acariciam ilusões democráticas. Então raciocinam da seguinte maneira:

Se manejando adequadamente a papeleta eleitoral posso resolver meus problemas e contribuir a superar os nacionais,

não tenho por que recorrer à violência, à ação direta.

As ilusões democráticas se convertem em um obstáculo sério no caminho revolucionário. Para chegar à insurreição, há que esgotar devidamente essas ilusões.

O Partido Revolucionário do proletariado, o POR, tem a obrigação elementar de ajudar as massas a superar as ilusões democráticas, isso se realmente luta pela vitória da revolução social.

Nesse caminho os trotskistas bolivianos têm intervido nos processos eleitorais, às vezes com candidatos próprios, outras vezes com voto-programa, buscando em todos os casos um objetivo central:

Converter o cargo parlamentar em tribuna revolucionária, a partir da organização, politização e mobilização das massas contra a classe dominante, seu parlamento e sua democracia.

Isso fez o POR ao largo de sua experiência.

É certo que as massas amadureceram, se politizaram,

PROLETARIOS DEL MUNDO UNIOS! Nº 1557

POR MIENTRAS LOS BOLIVIANOS BUSCAN APLASTAR AL GOBIERNO, LOS BUROCRATAS SE ARRODILLAN ANTE EL.

Hablemos con claridad:

LOS BOLIVIANOS

ESTAMOS OBLIGADOS A GANAR LAS CALLES PARA APLASTAR POLITICAMENTE A LA BURGUESIA-IMPERIALISMO. ESE OBJETIVO TIENE LA REVOLUCION SOCIAL Y LA INSTAURACION DE LA DICTADURA DEL PROLETARIADO, DEL GOBIERNO OBRERO Y CAMPESINO

VIVAN LA ACCION DIRECTA Y LA LUCHA ARMADA CONTRA LOS OPRISORES Y EXPLOTADORES!

Nada de paros de horas, huelga general e indefinida.

abandonaram as ilusões democráticas, graças à sua própria experiência, assim amadureceram politicamente e chegaram a colocar a urgência de tomar o poder. A contribuição porista tem sido pequena, uma gota d'água. Corresponde agora:

Não votar, usar voto em branco ou riscado.

Todos os candidatos são uma merda.

Abstenção massiva!

